O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional www.otrabalho.org.br R$ 4,00 (solidário R$ 5,00) nº 775 – 22 de outubro a 5 de novembro de 2015

12º CONCUT DIZ NÃO AO AJUSTE FISCAL

LEVY TEM QUE SAIR!

Mas Dilma diz que concorda com a política dele

Juventude
Luta contra fechamento de escolas em SP
pág. 2

Luta de classe
Bancários continuam em greve
pág. 4

Partido
Sindicalistas chamam encontro nacional
pág. 8

Haiti
Jornada pela retirada das tropas
pág. 11

“Alckmin quer destruir nosso futuro”

Secundarista fala sobre a política do governo paulista de reestruturação das escolas

Nas últimas semanas, estão ocorrendo atos diariamente por todo o Estado de São Paulo. São manifestações contra o anúncio do governo Alckmin (PSDB) de que vai reestruturar as escolas. Por trás do nome de “reestruturação”, estão medidas de destruição do ensino público.

A Apeoesp, sindicato dos professores, calcula que pelo menos 127 escolas vão fechar. Outras vão deixar de atender determinados ciclos de ensino. Estudantes de ensino médio de várias escolas de uma mesma região, por exemplo, no próximo ano serão transferidos para uma mesma instituição. Com isso, o governo vai demitir professores contratados e lotar salas de aula, numa rede onde já é comum ver listas de chamadas com mais de 70 nomes.

O ataque é contra toda a comunidade escolar: mais de quatro milhões de estudantes da rede estadual, suas famílias e centenas de milhares de professores e funcionários. Isso num ano em que o governo negou qualquer reajuste salarial aos educadores.

As mobilizações, descentralizadas, estão envolvendo milhares de pessoas. No dia 20, um ato organizado por entidades como a Apeoesp e a UPES reuniu cerca de 5 mil pessoas no centro de São Paulo. A próxima manifestação, que pretende unir todas as lutas em curso, será no dia 29.

O Trabalho conversou com Renan Silva, estudante de uma das escolas ameaçadas, a E.E. Oswaldo Cruz, onde o grêmio, os alunos e professores têm organizado uma série de manifestações.

O Trabalho - Qual será a consequência da reestruturação na sua escola?

Renan Silva

Renan Silva - A reestruturação irá remover os ciclos 2 e 3 de nossa instituição de ensino (correspondente aos ensinos Fundamental II e Médio – nota da edição), fazendo com que todos nós dos respectivos ciclos sejamos transferidos para a escola mais próxima (Armando Araújo). Esta transferência irá superlotar as salas de aulas pois serão transferidos cerca de 700 alunos para essa unidade de ensino, como dito antes, superlotando salas e levando professores a desistir de seus cargos. E a péssima qualidade de ensino que iremos ter, se essa reorganização acontecer ela irá afetar nosso ensino, nos prejudicando, principalmente o nosso futuro!

Estudantes se manifestam em São Paulo

OT – Na sua opinião, por que Alckmin adota essas medidas?

RS - Esta reorganização basicamente irá cortar os custos da rede de ensino. A reorganização é, nada mais, nada menos, para servir como corte de custos. Nosso “querido” governador está destruindo nossas vidas, nosso futuro, nossa história, para reduzir custos. Isto é uma afronta contra qualquer estudante ou professor!

OT - Como está a mobilização na sua escola?

RS - Estamos nos mobilizando para todas as mobilizações que possamos ir. Já fomos a duas. Um na Diretoria Regional de Ensino Centro-Sul, e outro na praça da República, em frente a Secretaria da Educação. Estamos organizando nossa própria mobilização para sexta-feira (23/10).

Em relação aos alunos, cerca de 90% são contra a reorganização. Nossa direção da escola basicamente não está nem aí. Mas a grande maioria dos professores nos apóiam e nos ajudam em qualquer tipo de movimento.

Menino de 11 anos é morto por estar correndo

Brasil tem uma das maiores taxas de homicídios de crianças e jovens pela PM

O Comitê para o Direito das Crianças, da Organização das Nações Unidas (ONU), publicou um informe sobre a situação da juventude no Brasil que denuncia um quadro gravíssimo – ele registra um “elevado número de execuções extra-judiciais de crianças”, com impunidade “generalizada”. A entidade aponta que o país tem uma das maiores taxas de homicídio de jovens de mundo; e alerta para o grande número de menores vulneráveis a tortura, desaparecimento, recrutamento por grupos criminosos, abuso de drogas e exploração sexual. As principais vítimas: crianças e adolescentes negros, em situação de rua ou moradores de favela.

A violência por parte dos órgãos de segurança não é novidade para os brasileiros. A ONU também afirma: existe uma “violência generalizada” por parte da Polícia Militar, da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope). Além das execuções, o informe denuncia que as forças são responsáveis pelo desaparecimento de menores, prisões arbitrárias, tortura em viaturas policiais e delegacias, além de rejeição de prestar ajuda médica ou legal.

No mês de setembro, novos casos reafirmaram essa acusação contra a PM. Eduardo Felipe Santos Victor, de 17 anos, foi executado por policiais da UPP. Eles foram flagrados plantando um a arma de fogo para forjar uma reação – com o jovem ainda agonizando! Herinaldo Vinícius da Santana, de apenas 11 anos, também foi morto por PMs da UPP, dessa vez no Caju, por que estava correndo. Ele estava brincando na rua e corria para comprar uma bolinha de gude.

A “novidade” é a acusação de que tudo isso se intensificou com a Copa do Mundo de 2014 e com a preparação as Olimpíadas em 2016. O que está acontecendo é resultado do aumento da violência contra a população pobre e negra, numa operação de esconder a presença dessa população vulnerável para os megaeventos esportivos. A perita da ONU, Sara Oviedo, avalia que não é novidade a chacina de crianças no Brasil. “Mas temos recebido informações concretas de que agora se trata de uma maneira de limpar a cara para receber os eventos internacionais”, disse.

Desmilitarização da PM

A ONU tem suas propostas para diminuir a violência das polícias contra a juventude. Ela pede que haja investigação “efetiva” de todas as mortes de crianças, inclusive dos atos de resistência, o aumento da pena dos responsáveis, que os policiais investigados sejam retirados de suas funções e que haja um sistema independente para avaliar as operações em favelas.

Medidas que podem até gerar uma sensação de diminuição da impunidade, mas não colocam no centro a necessidade de impedir que siga o genocídio da juventude negra. Não se trata investigar “inclusive os atos de resistência”. É preciso acabar com essa desculpa institucional para a PM assassinar. Assim como é necessário pôr um fim às operações de guerra em favelas, que fazem com que toda a população dessas comunidades viva em constante medo.

No fundo, tudo isso tem uma saída: a desmilitarização da polícia! Pois é a polícia militarizada que é responsável por incontáveis chacinas, execuções e torturas, desde que essa instituição foi criada. É pela lógica da militarização que a PM é organizada para tratar o povo como um inimigo potencial, e que policiais achem que podem atirar em um menino negro na favela, por ele estar correndo.

Faca de dois gumes

A situação de exclusão social leva, por outro lado, que as crianças, adolescentes e jovens - as principais vítimas da violência – sejam também empurradas para as drogas e o crime organizado. A ONU relaciona o recrutamento pelo crime com a pobreza, marginalização e baixa qualidade do ensino.

É verdade, e a solução para isso é aumentar o investimento na educação (e não cortar verbas), é aumentar a renda da população com mais emprego e aumento dos salários, é oferecer serviços públicos como cultura, saúde, esporte. Tudo o contrário do que está sendo aplicado com a política de ajuste do ministro Joaquim Levy.

Priscilla Chandretti

Nem mais uma semana de ajuste!

A Central Única dos Trabalhadores, os movimentos populares do campo e da cidade, em constantes mobilizações, exigem o fim da política de ajuste fiscal. Agora, o presidente do PT Rui Falcão veio a público e, ao defender a mudança da política econômica, disse que se "Levy não quiser seguir uma nova orientação deve ser substituído".

A reação da presidente Dilma é um dado incontornável. Desde Estocolmo, ela reagiu ao presidente do PT: "ele [Levy] fica porque concordamos com a política econômica dele."

Mas "a política dele" está jogando o Brasil na crise e os trabalhadores no sofrimento! Ela sacrifica o povo, angustia os militantes do PT, pois se choca e afasta a base social do partido nas fábricas, nos movimentos e no campo.

No 5º Congresso em junho, o PT, dividido, recusou exigir outra política econômica. Uma omissão que facilitou o fechamento do cerco contra o partido e contra o governo.

Agora, seu presidente, com razão, diz que Levy deve ser substituído. Antes tarde do que nunca: nem mais um dia de ajuste! Não há outro caminho para salvar os trabalhadores, a nação, o governo e o próprio PT!

Que ninguém se engane. Os que se beneficiam desta política antioperária e antinacional sob comando de Levy, e pressão de manipuladoras agências de risco a serviço da especulação financeira, não hesitarão. Sem um partido dos trabalhadores para atrapalhar, em apear Dilma, se conseguirem forjar um legítimo representante capaz de comandar a submissão total do país aos interesses imperialistas.

OU DILMA MUDA DE POLÍTICA OU O PT DEVE MUDAR A RELAÇÃO COM O GOVERNO DELA

Nenhum "respiro" dado por tribunais inconfiáveis, nenhuma concessão ao mercado, nenhum acordo com pretensos aliados – que mais agraciados, mais chantageiam – poderá evitar o desastre em curso.

É preciso erguer a única força capaz de fazer frente à crise, os trabalhadores da cidade e do campo que, através de suas organizações, exigem uma política que proteja a nação e os trabalhadores. Chega de superávit fiscal primário para encher o bolso dos banqueiros!

A CUT em seu 12º Congresso, que acaba de se realizar, decidiu por unanimidade manter no centro do combate a luta contra o ajuste fiscal. Como lembrou Lula na abertura do Congresso, para o povo essa política "não deu certo em país nenhum". "Nem mais uma semana discutindo cortes", completou.

O tempo corre. Se, como Dilma declarou, essa não é a opinião do governo, por seus próprios meios os trabalhadores buscarão exercer a sua opinião. Há duas semanas os bancários realizam uma forte greve nacional contra os banqueiros, os mais beneficiados pela política do ministro Levy.

Como diz o "Manifesto de Alarme" adotado pelo Diálogo e Ação Petista, "chegamos a uma situação de limite! Ou Dilma muda a política econômica, ou o PT deve mudar sua relação com o governo dela!" Sim, porque para um partido dos trabalhadores o que conta é a "nota" dada pelo povo oprimido, e não pelas agências de risco!

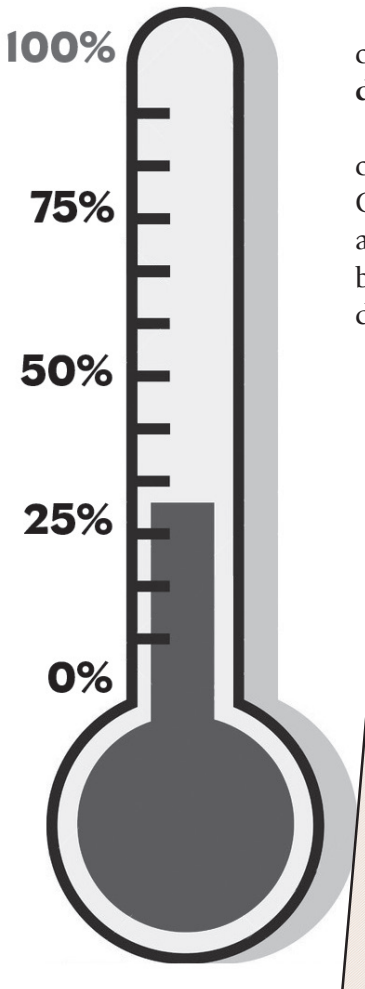
"O PT de volta para os trabalhadores", dizem dirigentes da CUT que convocam um encontro nacional de sindicalistas petistas, para o dia 27 de novembro.

Nas próximas semanas, as reuniões de base do Diálogo e Ação Petista, discutirão o "Manifesto de Alarme" e se engajarão para ajudar no sucesso desse encontro, e na luta para apear do governo a "política dele" e ele também!

Acabar com o ajuste fiscal de Levy é o primeiro passo para trazer o PT de volta para a classe trabalhadora.

CAMPANHA FINANCEIRA - CONTRIBUA!

Adquira o Calendário O Trabalho 2016!



Na quinta semana de campanha estamos com 25% do objetivo de arrecadação. **É hora de fazer o termômetro subir!**

"A luta contra o imperialismo" é o tema do calendário de 2016, editado por O Trabalho. Compre seu calendário e nos ajude manter a independência para reforçar a luta dos trabalhadores, tarefa mais urgente que nunca diante da crise do imperialismo.

Memória

SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES POLONESES

No início do mês, ao mesmo tempo em que Jaruzelski decretava a ilegalidade do Solidariedade, declarando guerra aos trabalhadores e ao povo polonês, a ditadura militar brasileira, que, junto com os stalinistas, se opõe à construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ataca o PT, impedia que dois militantes do Solidariedade no exílio entrassem no país. (...) Mas [os trabalhadores] (...) são solidários entre si na luta contra toda forma de opressão e exploração. Esse foi o significado da concentração realizada na semana passada, em frente ao consultado polonês em São Paulo, em repúdio à ilegalização do Solidariedade e com a participação da pró-CUT de SP.

O TRABALHO
A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores
Para acabar com a ditadura:
1. Participar das eleições organizando os trabalhadores!
Concluem dois candidatos do PT/SP, Josimar e Expedito (pág. central)
2. Remendo da constituição ou Constituinte Soberana?
Lula abre a discussão (pág. 3)
DCE USP Solidariedade contra a ditadura (pg. 9)
Metalúrgicos/SP Preparar a greve unitária (pg. 10)
Polônia Uma semana de confrontos (pg. 11 e 12)

O Trabalho nº 175 – 21/10/1982

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho
Arte: Mariana Waechter

Bancários: a greve continua

Categoria rejeita proposta da federação dos bancos

Em negociação iniciada no dia 20 e que prosseguia no fechamento dessa edição, a proposta apresentada pela patronal, através da federação dos bancos (Fenaban), foi rejeitada pelo Comando Nacional dos Bancários. Os banqueiros propuseram 7,5% de reajuste, sem abono. Os bancários disseram não, e a greve, que completa 16 dias, continua.

Os bancários entraram em greve no dia 6 de outubro, e o movimento segue forte. Segundo o Comando Nacional da greve, no dia 19 já estavam paralisadas 12.496 agências e centros administrativos em todo o país.

A categoria reivindica: reajuste salarial de 16% (incluindo reposição da inflação mais 5,7% de aumento real), PLR de três salários mais R$7.246,82 e piso de R$3.299,66 (equivalente ao salário mínimo do Dieese em valores de junho último), entre as demais reivindicações.

Os banqueiros, que tiveram a cara de pau de apresentar proposta de reajuste de 5,5%, ou seja, 4% a menos que a inflação, estão vendo agora a disposição de luta e organização da categoria. Os bancários não estão dispostos a perder conquistas, como o ganho real de salários obtidos nos últimos 12 anos.

Segundo o Comando de greve, o crescimento do movimento obrigou a Fenaban a retomar as negociações no dia 20.

Sem proposta digna, não tem conversa

"Temos uma greve muito forte que poderia ter sido evitada pelo setor que está entre os que mais lucram no Brasil. Esperamos que eles realmente venham para a mesa de negociação dispostos a reconhecer o valor dos bancários que sabem se dedicar no dia a dia das agências e departamentos, e provaram, mais uma vez que também sabem se mobilizar e estão firmes na luta.", afirmou Juvandia Moreira, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, antes da negociação no dia 20. "A greve continua e tem que permanecer forte até que tenhamos certeza de uma proposta decente, digna, que mereça ser analisada pelos trabalhadores", ela completou. Não deu outra, os bancários rejeitaram a proposta da Fenaban.

A greve dos bancários é muito importante e merece todo apoio do movimento sindical e popular, pois ganha relevância na atual situação política, onde o Ministro da Fazenda Joaquim Levy - banqueiro do Bradesco - leva o país a uma recessão que provoca demissões, ataques a direitos e conquistas e rebaixamento de salários.

Os banqueiros apresentaram uma proposta que visa interromper o ciclo de ganho real de salários, como se quisessem agora "recuperar" o que tiveram que ceder. É a mesma política de outros setores patronais, pretextando a crise (ver box).

A força da greve dos bancários e sua vitória será um alento ao conjunto das categorias que lutam contra as consequências da política de ajuste imposta pelo capital financeiro.

João B. Gomes

Perda salarial

Segundo levantamento da Fundação de Pesquisas Econômicas (Fipe), com base em dados do Ministério do Trabalho, neste ano, até agosto, já ocorreram 111 acordos coletivos com redução nominal de salários. Em 2014 foram apenas quatro.

O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) afirma que de 25 negociações entre julho e agosto, analisadas, 90% conseguiram apenas zerar a inflação. Ainda segundo o Dieese, no primeiro semestre do ano, 14,6% dos acordos firmados ficaram abaixo da inflação. Em 2014, 93% das categorias tiveram aumento real.

Os dados de 2015 apontam os piores resultados para os trabalhadores desde 2008, início da crise.

Petroleiros rejeitam proposta da Petrobras

Em campanha salarial exigem respeito ao direito de greve

Os petroleiros continuam sua mobilização na campanha salarial. A Petrobras continua agindo com arbitrariedades, além de não abrir verdadeiras negociações. A empresa até mente para o Ministério Público do Trabalho (MPT), afirmando que a proposta apresentada atende às reivindicações dos trabalhadores e que a Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) não havia apresentado nas assembleias.

Na verdade, a categoria não aceita a proposta, pois ela retira direitos duramente conquistados. O MPT marcou nova audiência no dia 29 e a FUP denunciou as práticas antissindicais das gerências e defenderá o direito de greve.

"Não vamos admitir que os fura-greve encham os bolsos de horas extras, à custa da luta da categoria. Chega de pelego se dar bem! A lei de greve tem que ser cumprida em sua plenitude. Não pode só valer para os sindicatos, enquanto a empresa faz o que bem entende. Se a lei de greve não vale para todos, vamos questioná-la", declara o coordenador da FUP, José Maria Rangel.

Boa iniciativa

Em ato conjunto de petroleiros e bancários, em 16 de outubro, na Avenida Paulista, um manifesto, assinado pelo representante dos Funcionários no Conselho de Administração da Petrobrás, Deyvid Bacelar e a representante dos funcionários no Conselho do Banco do Brasil, afirma: " Bancários e petroleiros têm database no mês de setembro e estão em campanha salarial. Os petroleiros aproveitam a campanha para assumir a linha de frente em uma batalha que é de todos os trabalhadores brasileiros: a defesa do patrimônio nacional. Os bancários em luta denunciam o papel nefasto do sistema financeiro, que lucra com a desgraça da classe trabalhadora brasileira. Os petroleiros já iniciaram paralisações em várias bases e agora devem construir uma forte greve nacional. É preciso unificar as greves de bancários e petroleiros, com atividades comuns, para somar as nossas forças. A unificação da luta de bancários e petroleiros é fundamental para a vitória das duas categorias, mas também para fortalecer a luta de todos os trabalhadores do país contra os ataques que sofremos. Somente nossa unidade poderá trazer força para a luta contra o ajuste fiscal e a venda do patrimônio nacional. Os trabalhadores não geraram a crise e não têm que pagar por ela!", conclui o Manifesto.

FUP DENUNCIA REPRESSÃO

Em moção, a Federação Única dos Petroleiros repudiou "veementemente a repressão sofrida por dirigentes sindicais petroleiros durante uma mobilização nesta quarta-feira (14), na sede da Petrobras, em Santos. A diretoria do E&P, em mais uma atitude de autoritarismo e de provocação aos trabalhadores, convocou a Polícia Militar para reprimir a mobilização da categoria. Os petroleiros participavam pacificamente de um ato de atraso em frente à unidade, quando os policiais, de forma truculenta, tentaram impedir a mobilização, agredindo os trabalhadores com cassetetes e gás de pimenta. Dois dirigentes do Sindipetro Litoral Paulista foram presos e outros petroleiros que tentaram impedir a arbitrariedade foram arrastados pela viatura da Polícia e por pouco não foram gravemente feridos. (...). Essa é mais uma entre tantas ações antissindicais da Petrobras, que a FUP e seus sindicatos vêm denunciando. Não permitiremos que os gestores da empresa continuem agindo impunemente contra a organização sindical e a liberdade de manifestação dos trabalhadores". (site da FUP)

22 de outubro a 5 de novembro de 2015

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

"AGIR COMO O PT AGIA!"

Está passando da hora de fazer a coisa certa!

Comitê nacional do Diálogo e Ação Petista adota um Manifesto de Alarme

O Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista (DAP) reuniu-se no dia 17 de outubro. Frente à grave crise política e econômica, depois de um debate realizado com companheiros convidados, entre eles Luis Eduardo Greenhalgh, fundador do PT, o comitê decidiu fazer um manifesto, apropriadamente intitulado "Manifesto de Alarme!".

Os grupos de base do DAP convidarão os militantes do partido para discutir o manifesto.

Reportamos nesta página, trechos do Manifesto que, a partir de uma análise da situação, exige mudanças para já, na condução do governo e do partido. Dilma precisa mudar a política econômica, o partido precisa reagir aos ataques, caso contrário será um desastre!

Neste momento, em que os trabalhadores mantêm sua resistência, como na greve nacional, o Encontro Nacional de Sindicalistas do PT, marcado para 27 de novembro, será um espaço importantíssimo para reunir a base de trabalhadores que, desde o início do ano, tem resistido à política de ajuste. Encontro que o DAP decidiu apoiar.

O Comitê decidiu propor um encontro nacional do DAP, para em março de 2016, que deverá ser o maior já realizado, com base na formação de centenas de grupos de base e novas coordenações estaduais em todo o país. O Comitê Nacional volta a se reunir dia 28 de novembro (um dia após o Encontro Nacional de Sindicalistas).

No debate realizado na abertura da reunião, o companheiro Luiz Eduardo Greenhalgh trouxe importantes reflexões. Abaixo, algumas de suas falas:

Reunião do Comitê do DAP, na sede nacional do PT

SOBRE A CRISE

"A situação é difícil, acho que vamos sair dessa, mas não pelas mãos das nossas direções, que estão recuadas, coniventes e nos colocam na defensiva. Vamos sair pela ação das bases, da militância. O encontro de sindicalistas pode ser uma importante mola propulsora."

ATAQUES AO PT

"Estamos submetidos a um processo de cerco, aniquilamento, muitas vezes com nossa contribuição, pois não reagimos, fizemos um discurso moralista. Na Constituinte, demos super poderes ao Ministério Público. Essa história de Polícia Federal 'republicana' é uma piada. Estamos assistindo à criminalização do PT. Todos os partidos, assim como os ministros do STF e do TSE, querem destruir o PT."

JUDICIALIZAÇÃO

"Estamos vivendo esse processo de judicialização da política. O STF dá palpite em tudo, seus ministros acham que podem se meter em tudo. Qualquer assunto hoje é submetido ao Supremo, já se fala em 'supremocracia'. É a desmoralização e domesticação da política pelos tribunais."

LAVA-JATO

"A Operação Lava-Jato é absurdamente defeituosa. Delação premiada é tortura, e é muito cômodo para a promotoria, que não precisa investigar basta ameaçar o preso. O promotor não aceita a denúncia que não interessa, de acordo com seus próprios critérios. Na ditadura, torturava-se fisicamente o preso para obter informações, mas as informações que interessavam ao torturador. Na delação premiada, faz-se todo tipo de ameaças contra o preso, inclusive envolvendo seus familiares.O doleiro Youssef, peça chave da Lava-Jato, vai receber 20% do que conseguir reaver. Isto é a delação premiada."

VACCARI

"O Vaccari está preso há quatro meses, condenado sem provas a 15 anos. A direção não faz uma nota pública exigindo sua liberdade, os dirigentes não fazem uma visita. Qualquer iniciativa nesse sentido é sutilmente desaconselhada. Há uma nuvem em torno do assunto. Precisamos pensar urgentemente em atividades de solidariedade a Vaccari. A mesma coisa em relação ao José Dirceu."

SOBRE O DAP

"Não vejo ninguém no Brasil discutindo essas questões fundamentais para os trabalhadores e para o PT, a não ser o Diálogo e Ação Petista."

No Paraná, apoio ao encontro de sindicalistas

Cerca de 20 dirigentes sindicais, reunidos em Curitiba no dia 7 de outubro, por iniciativa do Diálogo e Ação Petista, encamparam por unanimidade a proposta de realização de um encontro nacional de sindicalistas do PT. A moção foi endereçada aos dirigentes petistas da CUT, que estão convocando o encontro para 27 de novembro.

Para a presidente estadual da CUT, Regina Cruz, "foi muito boa a iniciativa do Diálogo e Ação Petista. Está mais do que na hora de reunir os sindicalistas do PT, pois eles estão excluídos das instâncias do partido". Regina propôs também que fosse realizado um encontro estadual de sindicalistas do partido, o que foi aprovado por todos os presentes.

Mário Dal Zot, presidente do Sindipetro PR/SC, disse que "os sindicatos são a raiz do PT. Se não fosse o apoio dos sindicatos, o governo já tinha caído. Por isso, é inconcebível que seja aprovada a terceirização no governo do PT. Eu acredito no PT. Mas é hora de irmos para as ruas, com a nossa pauta, a pauta dos trabalhadores".

Também participaram da reunião o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão, e vários dirigentes da entidade, militantes bancários, petroleiros e um integrante da oposição do Sindicato dos Correios.

MANIFESTO DE ALARME!

Assim, quanto mais o governo cede, mais o "mercado" exige. Quanto mais espaço se dá ao PMDB e companhia no ministério, mais eles chantageiam o governo no Congresso. É o caminho do desastre!

O governo não sabe, ou esqueceu, que a mobilização popular é sua melhor defesa. 13 anos de governo tentando conciliar as classes, sem mobilizar a base social, deram nisso!

Os 2 mil delegados [do Concut] não hesitaram em defender o seu mandato ("não vai ter golpe!", gritavam), assim como exigir a mudança da política econômica de juros, cortes e superávit ("fora Levy!", repetiam).

Mas Dilma respondeu ao presidente do PT, Rui Falcão, que "Levy fica porque concorda com a política econômica dele". É inaceitável!

Ou Dilma muda a política econômica, ou o PT deve mudar a política com o governo dela!

Em defesa do povo trabalhador, está passando da hora de fazer a coisa certa!

"Nem mais uma semana", Dilma tem que mudar essa política econômica e demitir Levy!

Da nossa parte, Diálogo e Ação Petista, vamos agir como o PT agia!

Aprofundaremos a luta por outra política, com o fim do superávit primário, a derrubada dos juros e a centralização do câmbio, para proteger a economia nacional e recuperar a indústria, combater a terceirização, e avançar para a reforma política que uma Constituinte deve fazer, abrindo caminho para as reformas populares.

Por fim, nos dirigimos aos petistas que, como nós, não desistem do partido dos trabalhadores para os trabalhadores:

Compareçam às reuniões dos Grupos de Base do DAP em todo o país, vamos agir como o PT agia, vamos estruturar a nossa força, de baixo para cima, como o PT fazia.

(leia a íntegra do Manifesto de Alarme no blog do Diálogo e Ação Petista)

Unidade em defesa da democracia, dos d

Congresso reúne 2.300 delegados de 13 a 16 de outubro e reafirma

Já no ato de abertura, críticas ao ajuste

Desde a sua abertura na noite de 13 de outubro, o 12º Congresso nacional da CUT incidiu na conjuntura de aguda crise política e econômica que atravessa o país. Antes mesmo do início da cerimônia, o plenário já era tomado por gritos como "eu quero a Dilma que elegi, fora Cunha e leva junto o Levy".

Dilma e Lula, ao lado do ex-presidente uruguaio Pepe Mujica, escolheram a tribuna dada pela CUT para fortes declarações que tiveram repercussão nacional e internacional (mais de 200 sindicalistas de 75 países estavam presentes).

Dilma fez um discurso duro contra "os moralistas sem moral" que trabalham pelo seu impeachment, afirmando que defenderá o mandato que recebeu do povo contra qualquer tentativa de golpe ("Não vai ter golpe!", respondeu o plenário). Mas nada falou sobre a política econômica de seu governo que corrói a sua base de sustentação popular, e retirou-se antes de ouvir os demais oradores.

Vagner, pronunciou-se contra as tentativas golpistas da oposição e da direita, "é preciso virar a página desse 3º turno no Brasil", mas cobrou mudanças do governo: "É preciso obrigar o Banco Central a baixar a taxa de juros. Com essa política econômica é impossível retomar o crescimento com distribuição de renda".

Lula, num discurso contundente, disse ter sido "uma pena que a Dilma não tenha ficado para ouvir o discurso do Vagner". "Não podemos ficar falando em cortes nem mais uma semana ou mês, precisamos de crescimento, geração de emprego e distribuição de renda"; "não tem um país que fez ajuste e que tenha melhorado a economia", disse ele. "O discurso de Dilma de hoje não é aquele que dá a impressão que é para fazer o Aécio, o Serra, o Bradesco e o Itaú felizes, nós não fomos eleitos para fazer essa gente feliz", acrescentou Lula.

foto: Lidyane Ponciano

Pepe Mujica, Dilma e Lula na abertura do 12º CONCUT

O desenrolar do congresso

Uma série de mesas temáticas se sucederam nos dias seguintes. Um método que limitou a participação dos delegados nos debates, mas não impediu que questões centrais tenham sido abordadas.

Assim, na mesa "Em defesa da democracia e direitos" (Gilmar Mauro do MST, Boulos do MTST e Venício Lima), delegados cobraram a unificação da Frente Povo sem Medo com a Frente Brasil Popular (FBP) lançada em BH em 5 de setembro, já que elas têm eixos comuns: "a luta contra o golpismo, a luta contra o ajuste fiscal e a busca por saídas que impeçam que a conta da crise seja debitada dos trabalhadores", como disse o próprio Boulos, que não participa da FBP.

Na manhã do dia 15, na mesa que divulgou o relatório que a CUT entregou à Comissão Nacional da Verdade sobre os crimes da ditadura contra a classe trabalhadora e dirigentes sindicais – revelando a participação de empresas como a Volkswagen na repressão – o ex-secretário dos Direitos Humanos do governo Lula, Paulo Vanucchi, anunciou a morte do torturador Brilhante Ustra ocorrida naquele momento: "Não vamos fazer festa. Não vamos fazer como os que invadiram o velório do José Eduardo Dutra, fundador da CUT". Não tem festa a fazer mesmo, pois Ustra morreu impune, sem pagar pelos crimes cometidos no DOI-CODI que ele chefiou, no pior período de repressão da ditadura militar.

Petroleiros, em campanha para defender a Petrobras e os recursos do Pré-sal para a nação (educação e saúde), e bancários em greve nacional, também deram o seu recado durante as mesas do CONCUT.

Na mesa de discussão sobre política econômica com Márcio Pochman, Vagner Freitas atacou a afirmação do ministro Levy de que sem a CPMF o país teria problemas com a Previdência: "O que ele quer dizer com isso? Se não aprovar, vai ter reforma da Previdência? Ninguém mexe na Previdência, ninguém vai retirar nossos direitos e não aceitaremos chantagem", disse, com o "Fora Levy" ecoando uma vez mais no plenário.

Balanço e votações

Na apresentação do balanço da gestão no dia 14, feita por dirigentes das forças presentes na direção da CUT, Julio Turra afirmou: "Os últimos 10 meses concentram não só um balanço positivo dessa gestão, mas um balanço histórico do lugar da CUT, independente dos patrões e governos - inclusive dos que ajudou a eleger - e autônoma diante dos partidos - inclusive daquele que é o da maioria dos seus militantes - comprometida com a defesa da classe trabalhadora. Foi o que permitiu à CUT ser o eixo da resistência contra a ofensiva da direita, agrupando os movimentos populares nas ruas, numa situação de paralisia e crise do PT e da aplicação pelo governo de uma política contrária à sua própria base social. É essa postura que devemos prolongar no próximo período difícil e complexo que temos diante de nós".

As propostas vindas dos 27 congressos estaduais (CECUTs) sobre Estratégia (Economia, Políticas Públicas, politicas permanentes),Estatutos e Projeto Político-organizativo, foram apresentadas, submetidas ao debate e votação (ver na página 7 as principais polêmicas).

Inscrita chapa única para a Executiva e Direção nacional da CUT, que tiveram seu número de membros ampliado para contemplar os distintos ramos e cumprir a paridade de gênero que passou a vigorar, procedeu-se à apresentação de seus membros e defesa da chapa. Em sua fala, Julio Turra relembrou o que dissera no balanço e destacou dois construtores da CUT vítimas da ofensiva da direita através de processos político-judiciais, Delúbio e Vaccari, sob fortes aplausos.

Eleita a direção, a parte final do congresso foi dedicada à discussão sobre o PPE (ver página 7), remetida do dia anterior, e, em seguida, ao Plano de Lutas e moções.

Foi num clima de unidade e consciência da importância do papel da CUT no atual cenário de crise que se encerrou o 12º CONCUT aos gritos de "Central Única dos Trabalhadores".

"Em defesa da CUT independente e de luta"

Agrupamento coloca sete de seus membros na direção da CUT

Reconhecida como uma bancada coesa e ativa durante todo o CONCUT, a delegação agrupada em torno das propostas da "CUT independente e de luta" (CIL) - foto ao lado - fez intervenções em todas as mesas temáticas, encarou polêmicas (ver página 7) e saiu com o sentimento de missão cumprida do 12º CONCUT.

Fruto desse combate, que começou nas assembleias de base e passou por 14 CECUTs, o agrupamento elegeu sete de seus membros para a nova direção da CUT: Julio Turra (reeleito) e Juliana Salles (médicos-SP) para a Executiva; João Batista Gomes (CUT-SP), Cida Pinto (CUT-MG), Lourival Lopes (CUT-BA), Cleusa Cassiano (CUT-DF) e José Jorge Maggio (cutistas da CONTEE), indicados por suas estaduais ou ramos para compor a Direção Nacional de 138 membros. Bom mandato a todos!

direitos e contra o ajuste fiscal de Levy!

a lugar central da CUT diante da atual crise econômica e política

O ponto de unidade e as principais polêmicas

"Esse foi o CONCUT do fora Levy", comentou um delegado. De fato, o rechaço à política do ministro "mãos de tesoura" foi unânime. Várias intervenções mostraram como o ajuste fiscal afeta cada um dos setores de atividade econômica e as políticas públicas.

Foi o caso de Juliana Salles (médicos SP), que em sua fala detalhou os efeitos do corte de 14 bilhões na Saúde, atingindo desde as farmácias populares até o atendimento no SUS. Cely Taffarel (Apub-BA) fez a relação entre a aplicação do ajuste com o cerco político ao governo Dilma e sua queda de popularidade.

Foi também aprovada uma resolução "Fora Cunha", em que a CUT pede seu afastamento da presidência da Câmara diante das provas de suas contas na Suíça.

Nas questões polêmicas, sustentadas em sua maioria por delegados da "CUT independente e de luta" (CIL), destacamos a do combate às drogas que destroem a juventude. Marcius Sidharta (Sinpro-DF) questionou uma resolução (que foi aprovada) que conciliava com a posição de "legalização das drogas",apoiada, entre outros, por Soros e FHC. Já Oton Neves (Sindsep-DF) condenou a fusão do Ministério do Trabalho com o da Previdência, pelos efeitos nocivos que traz aos servidores e suas carreiras, sendo combatido por Rosane Silva (CSD) com o argumento que o ministro das pastas fundidas é o Rosseto (!?).

Foi questionado o mandato de quatro anos para as direções da CUT por Renê Munaro (CUT-SC), que defendeu a manutenção dos três anos.

Vota uma, duas vezes e...

Uma proposta da CIL de pontos emergenciais de política econômica teve um de seus itens – o controle e centralização do câmbio – destacado para debate. A alternativa proposta era "taxa de câmbio que favoreça o desenvolvimento". Defendendo a proposta da CIL, contra a fala de Claudir Néspolo (CUT-RS), Julio Turra explicou que "o câmbio não pode ficar ao sabor da especulação do mercado, que quando o Cunha dá um espirro aumenta o dólar. É preciso que o governo controle e centralize o câmbio, fixando taxas diferentes para produtos essenciais e para os de luxo importados ou que prejudiquem a produção local". Submetida a voto uma vez, duas vezes, com o plenário em maioria votando na proposta defendida por Julio, a mesa não se decidia a proclamar o resultado.

Uma proposta de Quintino Severo superou o impasse (que na verdade era da mesa) com a adoção da posição do congresso anterior sobre o tema, que era a mesma que Julio havia defendido.

Congresso marcado pelo Fora Levy

foto: Dino Santos

Julio na defesa da centralização do câmbio

O Plano de Lutas adotado

"A CUT decidiu que continuará mobilizando suas bases, unificando as categorias de todo o país em torno das palavras de ordem 'Nenhum direito a menos', 'Nenhuma demissão', defendendo ganhos reais de salário e a democracia. A unificação das campanhas salariais, contra demissões e pela ampliação de direitos, coloca para a Central a urgência de intensificar a luta em defesa do emprego, contra a atual política econômica e contra a ofensiva conservadora. A CUT alerta suas bases para manterem a vigilância permanente em defesa da democracia e dos direitos, ocupando as ruas lutando pelas reformas estruturais, pressionando o governo e o Congresso e preparando a greve geral que se vislumbra para o próximo período".

Com essa introdução, o Plano de Lutas integrou reivindicações das categorias e ramos e adotou pontos dos quais destacamos:

- reafirmar, aos 11 anos de ocupação militar do Haiti, a exigência de retirada das tropas brasileiras e da ONU do país irmão;
- anulação das perseguições e processos em curso contra 300 sindicalistas da Espanha, em defesa do Direito de Greve e de organização;
- a CUT deve concentrar esforços para unificar as duas frentes (FBP e Povo sem medo) que se articulam contra a direita, por mais direitos e contra a atual política econômica;
- fortalecer a luta por uma Constituinte Exclusiva e Soberana da reforma política.

A discussão do PPE

O debate sobre o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) foi feito no último dia do CONCUT. Adiamento que refletia a divisão em quase todas as bancadas, como a da Articulação Sindical (ArtSind), diante dessa proposta emanada dos metalúrgicos do ABC.

O PPE é a redução da jornada de trabalho com redução de salários, mais um complemento salarial do FAT, em troca de estabilidade temporária. No CECUT-SP a resolução da "CUT independente e de luta" (CIL) contra o PPE foi derrotada. Mas no CECUT-BA e outros,o PPE é que foi recusado. Confederações (comerciários e municipais) adotaram posição contra o PPE, enquanto a CNM (metalúrgicos) o defendia como uma "vitória".

Uma votação a favor e contra o PPE, assim, arriscava legitimar algo altamente polêmico como se fosse posição da CUT. Um acordo em torno da resolução da Executiva nacional da CUT de 21 de julho foi feito entre as forças da direção da central e levado ao plenário. A resolução, projetada no telão e lida pela mesa, era clara:

"Em relação ao PPE, a CUT acompanhará a experiência negociada (pelo ramo industrial) com o governo Dilma e assegurará o debate interno sobre a correção ou não da proposta como instrumento para enfrentar momentos de crise, considerando importante que o acordo deva ser submetido à assembleia dos trabalhadores. A CUT reafirma também sua posição histórica pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pela ratificação da Convenção 158 da OIT que coíbe a rotatividade no trabalho, utilizada pelos empresários para acumular mais lucros"(sublinhado por nós).

Se inscreveram para falar contra a resolução dois delegados (Esquerda Marxista e POR) e dois a favor, João Felício (ArtSind) e Julio Turra (CIL).

Julio disse: "Sou contra o PPE e nós o combatemos nos CECUTs, mas a resolução proposta em nada prejudica a nossa posição. Nossa classe está com a faca no pescoço em razão do Plano Levy. Não é hora de fazer marcação de posição. É hora de sermos responsáveis e preservar a unidade nesta situação difícil. A posição da CUT é a redução da jornada sem redução de salários, vamos acompanhar a experiência da CNM com a garantia que a livre discussão prosseguirá entre nós". Amplamente majoritária, a resolução foi adotada.

Não há lugar para manipulações

É inaceitável manipular o conteúdo da resolução adotada, seja "denunciando" o "abandono do combate ao PPE", seja divulgando que a CUT aprovou o PPE. .

O segundo caso ocorreu logo após o congresso. Um artigo no site da FEM-CUT (fed. metalúrgica de SP) trazia o título "PPE faz parte do Plano de Lutas da CUT", o que é literalmente falso e um desrespeito à decisão do CONCUT.

“Reunir centenas de sindicalistas filiados ao PT”

Entrevista com João Felício, um dos que convocam o encontro nacional

João Felício, fundador do PT e da CUT, hoje presidente da CSI (Central Sindical Internacional), está entre os sindicalistas cutistas que chamam o Encontro de Sindicalistas Petistas, para 27 de novembro em São Paulo. Encontro auto-sustentado, como diz a convocação, baseada no manifesto “O PT de volta para a classe trabalhadora”, distribuído no 5º Congresso do PT e que considera que a “política do ajuste fiscal regressivo e recessivo inaugurada com a nomeação de Levy para Fazenda coloca o PT contra a classe trabalhadora e as camadas populares que sempre foram sua principal base de apoio”.

João Felício falou sobre o Encontro ao jornal O Trabalho.

O Trabalho – Como surge a ideia do encontro?

João Felício – É preciso recuperar um pouco da história do PT. Participei do congresso de fundação. A criação do PT empolgou os militantes do movimento sindical, populares, pastorais, que enxergaram no partido algo novo, do ponto de vista programático e de participação política. O partido foi criado pela necessidade de conquistarmos o poder, sem o que não é possível fazer as grandes mudanças, e com um profundo vínculo com o movimento sindical e social. Essa era a originalidade do PT.

A agenda dos movimentos, suas reivindicações, era parte da pauta do PT. Os militantes tinham ali um espaço de militância política, podiam interferir nas decisões. Liderei muitas greves que tinham o apoio do partido. O PT apoiava as mobilizações e reivindicações dos trabalhadores, foi um espaço de formação e organização, e ali construíamos uma política de massa. Por isso o PT se tornou o partido mais amado pela grande massa.

OT – O que mudou a situação?

JF – Quando o PT começou a ganhar eleições (municipais, estaduais e a presidência da república) foi sendo secundarizado o seu papel de organizador e formador da militância. A agenda de luta foi sendo abandonada, criando um falso antagonismo entre as duas questões: ganhar espaços no poder e organizar a luta. O partido passou a ser dirigido por quem tinha mandato e seus assessores. Os conflitos naturais numa sociedade de classe passaram a ter um papel marginal nos debates.

foto: Leonardo Severo

João Felício em entrevista a Misa Boito

OT – Com o encontro, é possível fazer frente a essa situação?

JF – A ideia do encontro surgiu por causa disso. Com o afastamento do PT de sua base social, nós que ocupamos postos no movimento sindical queremos que o PT volte a ter uma agenda que dê conta do dia a dia da luta. Não acuso ninguém pelo afastamento. Mas se o partido faz esse movimento e ficar restrito em discutir apenas a administração pública, nós estamos fazendo um movimento contrário. Queremos que o PT também tenha na sua pauta as lutas sociais do povo. “O PT de volta para a classe trabalhadora”, está sustentado na necessidade do partido acolher a pauta de que ocorre na sociedade. Como nos primórdios, o elo do PT com os movimentos sociais dava a vida ao partido. Hoje é muito raro ver um parlamentar ou dirigente do PT presentes nas lutas sociais.

O PT DE VOLTA PARA A CLASSE TRABALHADORA SIGNIFICA ACOLHER A PAUTA DA LUTA

OT – Às vezes ocorre o contrário, há choque de governos do PT com o movimento.

JF – O PT passou a incorporar uma postura contrária à nossa história. Falávamos de boca cheia que éramos contra políticas de ajuste fiscal e defendíamos uma política de desenvolvimento em benefício da maioria do povo. Hoje o PT incorporou a agenda dos outros. Há também uma relação autoritária com o movimento, que às vezes é considerado como um adversário, em muitas das administrações do PT.

Recentemente, a presidente Dilma fez desonerações e isenções fiscais. A CUT foi contra esta política que transfere recursos do Estado, do mundo do trabalho, para o capital. Hoje, parte do desequilíbrio que estamos vivendo se deve a isso que, somado ao pagamento de juros, provoca uma sangria de recursos do Estado. Fala-se em perda de cerca de $251 bi em desoneração.

OT – Como vê o segundo mandato de Dilma e agora a resposta dela a Rui Falcão, sobre Levy?

JF – O governo parece ter ânsia em avançar na retirada de direitos, isso afeta a história do PT. Para taxar o capital é muito tímido. O argumento de que não tem maioria no Congresso é de quem não quer confrontar a elite. Como se fosse possível governar, numa sociedade de classe, sem conflitos. È preciso enfrentar, mobilizar sua base social, nem que seja para perder, pois assim definimos um campo e quem são nossos aliados.

Foi positivo Dilma ter ido ao Congresso da CUT, além de Lula.

Ela fez um discurso progressista. Mas há uma contradição entre o que disse lá e o que faz. Ao reforçar a política de Levy, entra em choque com o PT e os movimentos sociais.

O PT no governo não fez reformas profundas, como a tributária, agrária e na comunicação. Não nego os grandes avanços do governo Lula em várias questões. No entanto, está havendo um retrocesso que vai marcar negativamente a história do PT. Quando eu viajava para congressos e eventos em outros países, falava com entusiasmo que no meu país não tinha ajuste fiscal. Agora estamos órfãos.

OT – O manifesto alerta para o que ocorreu com os partidos de esquerda na Europa.

JF – Os Partidos Socialistas também optaram por reformas neoliberais e entraram em profunda contradição com suas bases e movimentos sociais. Hoje está ocorrendo algo parecido com o PT. Temos que vestir a camisa e evitar que isso ocorra. Eu acredito no PT.

OT – Como o encontro pode ajudar?

JF – Faremos um esforço enorme para que seja um evento expressivo reunindo centenas de sindicalistas filiados ao PT, e discutir uma política que estimule o sindicalista a militar no partido. Se necessário, não devemos ter medo de discutir, inclusive, mudanças estatutárias para que os militantes do movimento social voltem a militar no PT. Mas, para aproximar o PT dessa base é preciso mudar a política. Não podemos mais aceitar que da vida do partido só participem assessores preocupados com a reeleição de seu chefe.

OT – Há uma ofensiva contra o PT, a Ação Penal 470 e agora a Lava Jato.

JF – Na época do mensalão eu defendi contra a expulsão de Delúbio, no Diretório Nacional. Foi uma decisão absurda. O PT não defendeu Zé Dirceu, Genoíno, João Paulo e Delúbio, da ofensiva da mídia e do judiciário. Agora, na Lava Jato, está agindo da mesma forma, ao não defender, com competência, o Vaccari. A Lava Jato é perseguição política contra o PT. O Vaccari foi o único indiciado na CPI da Petrobras. O Cunha, comprovadamente com contas na Suíça, mentiu à CPI e foi excluído do relatório final!

As elites, a direita reacionária – muitos desses grupos apoiados por setores ultra-reacionários de fora do país – querem enfiar na cabeça do povo que se esgotou o projeto do PT. Querem desacreditar os trabalhadores de que podem se organizar e ter um partido que os represente. Na realidade, querem nos destruir enquanto classe.

OT – O encontro pode ajudar a destravar a paralisia para defender nossos companheiros?

JF – Queremos ter uma relação respeitosa, mas com muita sinceridade ao apontar os erros do nosso partido. Minha crítica é de quem gosta do PT, quer continuar no PT e melhorar o partido. Os que estão saindo agora, nunca foram petistas.

Dilma contra o PT, Rui e Lula

Se ela não muda, a única conclusão é o PT, por outra política, mudar a relação com ela

Depois de meses de ranger de dentes nas bases e 1 milhão de desempregados, com manifestos de entidades como a CUT e o MST, além da própria Fundação Perseu Abramo, intelectuais e parlamentares como o senador Lindbergh, finalmente, foi a vez do presidente do PT, Rui Falcão, sugerir a saída do ministro Levy.

Com tudo o que significa.

Alarmado, o Valor, jornal patronal, intitulou um editorial "PT está brincando com fogo ao defender a saída de Levy" (20.10)!

A sugestão de Rui que a Folha de S. Paulo de domingo (18.10) pôs na capa, precipitou a reação de Dilma, na Suécia.

Mas Rui, vários decibéis abaixo de Lula no CONCUT (v. pág.6) defendeu pálidas mudanças econômicas. Aliás, as mesmas de Lula. Como mais "crédito consignado, eventualmente mexer com o compulsório para que os bancos privados possam liberar crédito". Ressalvando: "é impressão minha, ela (Dilma) não disse isso".

E concluiu "se Levy não quiser seguir a orientação da presidente, deve ser substituído. Se ele não quiser, caso ela determine"...

foto: Dino Santos

Abertura do CONCUT, sob aplauso Lula: "nem mais uma semana de ajuste". Cinco dias depois, Dilma declara que "apoia" a política econômica "dele" (Levy).

Dilma virou "levysta"?

Era, portanto, uma sugestão, moderada, do presidente do partido da mandatária, cuja reação foi brutal: "a partir de agora, não vou mais responder sobre o ministro Levy. Se ele fica, é porque nós concordamos com ela (a política econômica)", registra a BBC Brasil, de Estocolmo.

Então, Dilma vestiu a fantasia, é "levyista", ela é que concorda com ele!

Afirmou que "respeita a opinião do presidente do PT, porque é o presidente do partido que integra a base aliada (sic), mas isso não significa que é a opinião do governo. Vivemos uma democracia. A pessoa tem direito de externar que não concorda. No passado, quando a gente divergia, ia para a cadeia" - é inacreditável! O que será que passa em sua cabeça?

"Sobre seu antecessor", registra a BBC, Dilma desmentiu a imprensa. "Ele (Lula) nunca lhe cobrou a demissão de Levy".

E agora? Outra política!

Não é tudo "novo", mas, convenhamos, Dilma extrapolou com Levy, é um salto de qualidade.

A sobrevivência do PT - já ameaçado pela criminalização da Lava Jato - depende de sair da espiral "grega" que Dilma quer arrastá-lo: o partido de esquerda, como o moribundo Pasok, aplica o ajuste no governo e perde a sua base social. Não precisa esperar 2016 para decidir sair dessa!

Da nossa parte, junto com o Diálogo e Ação Petista (DAP) no seu Manifesto de Alarme, vamos "lutar por outra política, com o fim do superávit primário, a derrubada dos juros e a centralização do câmbio, para proteger a economia nacional e recuperar a indústria, combater a terceirização, e avançar a reforma política que uma Constituinte deve fazer, para abrir caminho às reformas populares".

Outra política, porque não se trata de trocar seis por meia-dúzia, Levy por Meirelles...

O Diretório Nacional do PT se reúne dia 29. Veremos se é capaz de se alçar e dizer a Dilma que muda a relação se ela não mudar.

Nós vamos, desde já, avançar as reuniões dos Grupos de Base do DAP para agir como o PT agia. Ajudando, por exemplo, a realizar o Encontro Nacional de Sindicalistas convocado por 31 dirigentes da Executiva da CUT.

A continuidade do movimento da classe trabalhadora que formou o PT passa por aí.

Markus Sokol

"Inaceitável", PCdoB sobre Rui Falcão

PSD de Kassab é por "muda, Levy"

"Parlamentares da base aliada mostraram desconforto com as críticas públicas do PT ao ministro da Fazenda" (OESP 20.10).

"Durante reunião dos líderes da Câmara, o deputado Orlando Silva (PCdoB - SP) afirmou que, embora o seu partido não concorde com a política econômica colocada em prática pelo ministro, situações como essa são 'inaceitáveis' e causam constrangimento aos parlamentares da base, que têm de defender os projetos de ajuste fiscal no Congresso".

De formação stalinista, tendo apoiado governos como Sarney e Itamar, o PCdoB sabe ser cara de pau.

Se não concorda com a "política econômica", por que não pede a Dilma que a mude? Para não constranger quem, os seus militantes sindicais e populares... ou o ministro Levy e os bancos?

"'Vários partidos abrem mão de expressar publicamente sua opinião para estabilizar a base', disse Orlando". Mas que objetivo tem esse voto de silêncio?

Há três meses, outro dirigente do PCdoB, Jamil Murad, num ato em São Paulo, criticou líderes da CUT por combater a política econômica. "São interesses de segmentos", desdenhou. Segundo ele, cabe apenas "defender a democracia, apostando no fiel da balança, o centro, o PMDB".

Nunca é demais lembrar 1964: essa colaboração de classes extremada - silenciar sobre as reivindicações apostando no apoio de partidos patronais - foi um fator de desarme político frente ao golpismo.

Levy não muda

Outro "aliado" de Dilma, líder do PSD, deputado Rogério Rosso (DF), "diz que 'não era hora de começar um movimento 'fora, Levy'. 'Eu sou do movimento 'muda, Levy'".

A chance de Levy, homem dos bancos, fazer outra política é zero. A cada escorregão nas metas, ele aprofunda a aposta recessiva. Por que mudaria?

O PSD quer enganar alguém ou se engana a si próprio.

Mais científico, o PCdoB sabe das coisas, mas também é mais cara de pau, e defende esse Levy aí mesmo. Não está servindo, ele também, a Levy e aos bancos?

Levy, o terrorista do mercado

Um projeto de lei que tipifica o terrorismo, aprovado na Câmara, está no Senado. Enviado ao Congresso por Dilma na véspera da sua viagem aos EUA, ele integra as recomendações da "Coalizão de 60 países contra o terrorismo", formada após os atentados de Paris, em janeiro.

Na Câmara, o texto original recebeu uma emenda de ressalva, diferenciando manifestações democráticas, mas na Comissão de Relações Exteriores do Senado, Aluísio Nunes (PSDB-SP) a retirou.

Tal como está, o projeto permite uma ocupação de terra ser tipificada como terrorismo.

Senadores do PT e de outros partidos são contra o projeto. Mas o governo, sob a batuta de Levy, também neste ponto, pressiona no sentido contrário. Alega ameaça de sanções internacionais e diz que atrasar a matéria deixaria o país mais suscetível a ser rebaixado de nota pelas "agências de risco". No Brasil não há terrorismo, há o terror de mercado do Levy!

FORA CUNHA!

Pego na mentira deslavada de que não tinha conta na Suíça, quando apareceram quatro (!),o reacionário e truculento Eduardo Cunha, presidente da Câmara, faz o que pode e mais um pouco para segurar o cargo e o mandato. Depois que perdeu um pouco o poder de manipular, com a decisão do STF sobre o encaminhamento do processo de impeachment, volta a ganhar fôlego com o novo pedido entregue ao Congresso, pela direita, assinado por Hélio Bicudo & Cia.

Sem entrar no histérico coro da luta contra corrupção, regido pela Lava Jato, é evidente que no caso de Cunha não há o que vacilar. Com a mesma falta de escrúpulo que preside a casa, atropelando o regimento para fazer aprovar projetos reacionários, ele tentou esconder a fortuna acumulada, por desserviços prestados. O Trabalho associou-se à mensagem envida à direção do PT para que indique o apoio da bancada ao pedido de investigação e punição, com a cassação de mandato.

Agências de risco a serviço da especulação

"Se Levy ou sua orientação sai, terá impacto negativo na nota", diz representante da Fitch

Um dia após o Congresso da CUT ter exigido o "fim do ajuste fiscal" sob gritos de "Fora Levy" (inclusive diante de Lula), a agência de risco Fitch rebaixou a nota da dívida do Brasil, porque "o ambiente político difícil está emperrando o progresso" para "conter as despesas obrigatórias", quebrar a "rigidez orçamentária, os limites a novos cortes nos gastos". Pressiona assim o governo que não aplica, mais a fundo, a agenda que Levy quer: quebrar a legislação para poder cortar muito mais. A representante da Fitch chantageou abertamente: "Se Levy, ou sua orientação, sair, isso poderia impactar negativamente a nota".

As agências de risco não são idôneas, fabricam as notas que divulgam – foram processadas pelo próprio governo dos EUA por fabricarem nota máxima a bancos que faliram na crise de 2008. Agem com motivação política.

Nas horas seguintes ao anúncio da Fitch, o mercado de câmbio – altamente especulativo e manipulado (veja abaixo) – fez o dólar subir 3%. Levy utilizou-se do pânico – que ajudou a criar com seus aliados do "mercado" – para manter o governo sob o cabresto de sua orientação. Sua habilidade advém, sobretudo, do apoio que tem do próprio "mercado", das "agências de risco" e das autoridades em Washington (veja box). Eles têm agido para emparedar o governo e neutralizar aqueles que,

no campo dos movimentos populares, exigem o fim do ajuste.

O mesmo ocorreu em setembro. Contra a vontade de Levy, o governo enviou ao Congresso o Orçamento da União com déficit de R$ 30 bilhões. O ministro queria enviá-lo "equilibrado", garantindo a meta de superávit e, para isso, exigia cortar mais gastos sociais. Sem conseguir convencer o governo, foi no dia seguinte à Câmara e chamou o "rombo do Orçamento um desastre", criticou "a ambiguidade" do governo e insinuou que "o Brasil poderia repetir [o "calote"] os anos 80".

Dias depois, a agência de risco Standard & Poors, com quem Levy tem relações próximas, emitiu um relatório (fora da data prevista!) rebaixando a nota do Brasil. Levy já sabia da decisão dias antes de sua divulgação (Carta Capital, 3/10). O câmbio disparou e Dilma aceitou que Levy divulgasse seu novo pacote com cortes sociais de R$ 34 bilhões.

Além de provocar uma forte recessão com alta no desemprego e redução no valor real dos salários, o ajuste fiscal de Levy provocou um déficit de R$ 250 bilhões, 97% dos quais causados pela alta na taxa de juros Selic (o restante pela baixa arrecadação de impostos, resultado da recessão criada pelo ajuste). Mas esse desajuste, que fragiliza politicamente o governo serve a ele e ao "mercado" para pressionarem por uma agenda de quebra nos direitos trabalhistas e na legislação para permitir cortar e destruir mais direitos – da Previdência às obrigatoriedades de gastos sociais, passando pelo reajuste do Salário Mínimo.

Alberto Handfas

Relatório do FMI

Quase que em sincronia com a Fitch, o FMI divulgou um relatório temeroso, que ataca o governo e exige o aprofundamento do ajuste Levy.

Diz que a dívida brasileira cresce rapidamente. Não explica, obviamente, que isso é causado pelo ajuste Levy. Ao contrário, defende sua política. Toma partido e afirma que "corrupção, crise política e decisões erradas" do governo nos anos passados teriam causado a crise econômica brasileira. Cita até "a suspeita de irregularidades na reeleição" de Dilma!

Ficam claras as intenções políticas do FMI, cuja sede fica há quatro quadras da Casa Branca, em Washington, quando seu relatório coloca o Brasil no mesmo bloco de países "problemáticos", junto com Venezuela e Equador. Diz que o Brasil afundou em poucos anos num atoleiro político e econômico enquanto outros países da região - Chile, Colômbia e Paraguai, por exemplo – "reformaram a gestão econômica e aumentaram a resistência a choques".

Centralizar a taxa de câmbio

Medida necessária contra especulação com o preço do dólar

A cotação do dólar em reais (a taxa de câmbio) é definida num mercado cambial altamente especulativo e manipulado.

Nos anos 90, na onda da desregulamentação financeira de Collor e FHC, destacam-se duas medidas: a liberação dos fluxos de capitais e a descentralização e desregulamentação do câmbio.

Com a primeira, investidores e especuladores podem trazer e enviar dólares ao exterior sem restrições, tirando do governo o poder de definir a taxa de juros ou de câmbio (e a capacidade de proteger/incentivar a indústria nacional). Por exemplo, ameaçam com fuga de capitais, caso a Selic não suba o quanto exigem.

A segunda medida deu mais poder aos especuladores. O Banco Central terceirizou a bancos comerciais o mercado de câmbio. Passou a haver três mercados de dólares: a vista, interbancário e de derivativos cambiais, altamente especulativo.

A uma empresa que importa matéria prima ou que quer remeter lucros – e necessita obter dólares de imediato para enviá-los ao exterior – haveria o mercado à vista. Já aí, bem como no interbancário, alguns poucos e grandes bancos e corretoras têm um poder de manipular sobre oferta, demanda e, portanto, preço do dólar.

Mas o perigo maior é no mercado de derivativos, que ocorre na BM&FBovepa. Lá os especuladores fazem apostas sobre o preço do dólar em data futura, comprando e vendendo "contratos futuros", "swaps" etc. O volume dos "dólares" (fictícios, pode-se dizer) negociado neste mercado é imensamente superior ao daqueles "fisicamente" transacionados nos dois primeiros.

Assim, o mercado derivativo, no qual não há qualquer regulação, influi os demais e é nele que a taxa de câmbio acaba sendo definida. Os grandes especuladores têm liberdade de manipular e fazer o dólar disparar ou despencar (mesmo sem entrada ou saída "física" da moeda). Neste ano, para evitar uma disparada, o Bacen gastou mais de R$100 bi em swaps cambiais.

A centralização do câmbio (só o Bacen negocia dólar), exigência reafirmada no Congresso da CUT, recém realizado, permite controlar o fluxo de capitais (só devem entrar ou sair se interessar ao desenvolvimento e a industrialização nacionais). Além de medidas como impor pesadas restrições e tarifas (IOF) ao mercado derivativo.

São medidas que poderiam ser tomadas imediatamente, sem sequer passar pelo Congresso. Aliás, Dilma mesma, em 2011/2012, chegou a tomá-las – ainda que muito parcial e limitadamente. Mas a partir do início 2013 liberou tudo de novo.

Elas ajudariam o governo a retomar dos "mercados" a soberania sobre o câmbio: reduzir fortemente a taxa de juros (sem sofrer ameaça de fuga de capitais), controlar a inflação (ao segurar altas especulativas do dólar sem gastos ao Bacen/Tesouro) e ter uma política cambial que proteja e incentive a indústria e o emprego nacionais -- com, por exemplo, um câmbio, mais alto, que dificulte entrada de importados competidores da produção nacional e outro, subsidiado (mais baixo), que facilite a compra de bens essenciais não existentes no país.

Jornada Continental exige fim da Minustah

Sindicalistas, parlamentares e movimentos populares defendem soberania do Haiti

Atendendo ao chamado da Coordenação Haitiana Pela Retirada das Tropas da ONU do Haiti, a Vereadora Juliana Cardoso (PT) presidiu uma Audiência pública, na noite do último dia 14, na Câmara Municipal de São Paulo.

Horas antes, o Conselho de Segurança da ONU havia renovado o mandato da Minustah por mais um ano, até 15 de outubro de 2016, aprovando uma resolução (2.243) que reforça a aceitação do resultado das eleições parlamentares e presidenciais que estão em curso no Haiti, e afirma como tarefa central o treinamento de policiais haitianos. A ONU descarta totalmente a possibilidade de indenização das vítimas do cólera e das violações cometidas por seus soldados, comandados pelo Brasil e, cinicamente, fala em "controlar o fluxo de armas de pequeno calibre".

Dirigentes de três centrais sindicais haitianas, em visita ao Brasil para o 12º CONCUT, participaram da Audiência Pública: Jean Fatal (CTSP, que também integra a Coordenação Haitiana), Jacques Belzin (CTA) e Dominique Saint Eloi (CNOHA).

Em seus depoimentos, acusaram as eleições de serem um teatro montado pelas forças de ocupação para colocar na Presidência da República o candidato escolhido por eles, como fizeram com Martelly (atual presidente). As agressões sexuais contra meninos e meninas são uma constante. Hoje há 231 garotas grávidas dos soldados. As tropas reprimem as manifestações e os sindicatos. Eles explicaram que em 2004 (ano da chegada das tropas) aconteceu algo semelhante ao que vêm se pretender hoje no Brasil: um golpe, orquestrado pelas grandes potencias, tirou o presidente eleito do poder e desde então os haitianos estão sob o jugo de forças de ocupação.

Protesto no Haiti durante a jornada pela retirada das tropas da Minustah

Fedo Bacourt, da União Social dos Imigrantes Haitianos, falou da situação dos imigrantes no Brasil e da urgência do Haiti recuperar sua soberania – condição para gerar empregos dignos, e estancar a saída da mão de obra do país.

Entre as dezenas de parlamentares, lideranças políticas, sindicais e populares presentes, tomaram a palavra Rosi Wansetto (Jubileu Sul), Markus Sokol (Dialogo e Ação Petista e DN PT), Adriano Diogo (PT SP), Paulo Zocchi (Presidente do Sindicato dos Jornalistas de SP), Flavio Jorge (CONEN), Catia Silva (SMSSP), Milton Barbosa (MNU), Eduardo Suplicy (Secretário de Direitos Humanos da PMSP), Bárbara Corrales (do Comitê "Defender o Haiti é Defender a Nós Mesmos", co-organizador da Audiência) que leu mensagem da organização haitiana Moleghaf, assinada por seu dirigente David Oxygène. Também compareceram a ex-vereadora Claudete Lima (PT-SP) e o vereador Betão (PT-J.Fora).

Outros países

Atividades da Jornada Continental foram realizadas no Peru, Guadalupe e México. No Haiti, entre 10 e 15 de outubro, a Coordenação Haitiana promoveu manifestações em frente a quartéis da Minustah, panfletagens, reuniões e debates. Um relato completo será divulgado pelo Comitê Defender o Haiti é Defender a Nós Mesmos.

Defesa dos sindicalistas espanhóis

Sindicalistas do Estado espanhol divulgaram um apelo à constituição de uma comissão internacional em defesa dos 300 processados por greves na Espanha e pela revogação do artigo 315.3 do Código Penal espanhol, que possibilita criminalizar sindicalistas no exercício de seu mandato. Essa legislação tem sido utilizada para tentar deter a mobilização dos trabalhadores, num momento em que o governo de Mariano Rajoy enfrenta dificuldades, como se viu nas recentes eleições regionais na Catalunha (leia em OT-774).

A proposta de realizar a reunião para constituir a comissão partiu dos advogados dos sindicatos que defendem os companheiros processados. O apelo, dirigido a todo o movimento operário internacional, propõe que a reunião ocorra no dia 20 de novembro, em Madri.

O texto afirma: "Consideramos que essa comissão pode ser de grande ajuda para reforçar a ação internacional, antes de tudo para que se conheça a situação concreta dos processados na Espanha por participação em greves, e fundamentalmente para colocar no centro a exigência, dirigida ao governo espanhol, de anulação do artigo 315.3, que permite condenar à prisão ou a graves sanções financeiras". Atos e tomadas de posição em defesa dos sindicalistas espanhóis ocorreram em vários países: Brasil, França, Reino Unido, Alemanha, Suíça, Portugal, Argélia, Estados Unidos e Guadalupe.

Os enfrentamentos no Partido Trabalhista da Inglaterra

Depois da vitória de Jeremy Corbyn, a crise do Labour prossegue em seu Congresso

A crise do Labour Party (Partido Trabalhista) decorre de uma contradição insolúvel. Por um lado, sua direção, desde a ascensão de Tony Blair, em 1994, aplica abertamente a política da "austeridade" (ajuste fiscal, corte nos gastos públicos, privatizações...). Por outro, sua base é até hoje constituída pelos sindicatos, que detém 50% dos delegados ao congresso do partido (eram 80% antes de Tony Blair).

Em 12 de setembro de 2015, a resistência operária à política de ataques aos direitos dos trabalhadores - aplicada pelos "blairistas", e que provocou sucessivas derrotas eleitorais do Labour- se expressou na eleição de Jeremy Corbyn para a presidência do partido (ver JOT 773). "O blairismo está morto e enterrado", estampou o jornal The Guardian.

Essa nova relação de forças, no entanto, não se refletiu plenamente no Congresso do Labour, realizado entre 27 e 30 de setembro, com delegados eleitos mais de dois meses antes.

Na questão central da defesa dos sindicatos, uma resolução pedia a "revogação de todas as leis antis-sindicais aprovadas entre 1979 e 1997 pelos conservadores" – e que os posteriores governos do Labour nunca revogaram – para concluir opondo-se a um projeto de lei antissindical do primeiro-ministro Cameron e exigindo uma legislação sindical apoiada nas Convenções da OIT. Sob pressão da velha direção, suprimiu-se a primeira parte, ou seja, não foi adotada posição clara pela revogação das leis de Thatcher.

Noutro ponto chave, a coalizão "Stop the war" (Pare a guerra), dirigida por Corbyn, abandonou sua posição original contra qualquer bombardeio na Síria, dos EUA ou da Rússia, com ou sem a ONU, e se alinhou a uma resolução que apoia os bombardeios desde que eles "se façam no quadro da ONU, que seja organizado um plano de ajuda aos refugiados e que somente alvos militares do Estado Islâmico sejam visados".

Oposição à lei anti-sindical, mas apoio à guerra imperialista. A contradição que solapa o Labour Party só pode se agravar diante da vontade da classe operária britânica de resistir aos planos do imperialismo.

ERRATA

Na edição 774, pagina 11, na matéria "Na Catalunha, derrota da constituição monárquica", no último parágrafo, o texto correto é: *"É a opção que mais nos interessa, como trabalhadores que lutamos juntos e, juntos, arrancamos conquistas comuns a todos. O povo catalão não pode ficar isolado na defesa de uma exigência democrática, porque essa exigência é a de todos os trabalhadores. Afirmamos que é um dever de todo o movimento operário do Estado espanhol fazer sua esta causa"*.

Palestina: um povo se levanta contra a opressão

"É a ocupação do Estado de Israel que torna a vida insuportável"

Uma repressão selvagem atinge os jovens palestinos e suas famílias, que combatem a opressão do Estado de Israel. O primeiro-ministro israelense, Benyamin Netanyhanu, decidiu intensificar a guerra, não fixando mais "nenhum limite às atividades das forças de segurança", como anunciou em 5 de outubro. O Estado de Israel, segundo ele, "desenvolverá um combate até a morte contra o terrorismo palestino".

Foram deslocados para Jerusalém 1,5 mil soldados, dos quais 600 para a Cidade Velha. Portais detectores de metais serão ali instalados. A violência repressiva se estendeu a Gaza e à Cisjordânia, e todo o povo palestino está submetido à barbárie.

A revolta palestina em curso é uma reação às tentativas israelenses de dar um caráter judaico a Jerusalém e monopolizar a Esplanada das Mesquitas – local considerado sagrado por judeus e muçulmanos. A revolta palestina se espalhou e atingiu todos os territórios ocupados da Cisjordânia e também a Faixa de Gaza.

Até mesmo os que apóiam a pretensa "solução dos dois Estados" são obrigados a reconhecer que Israel não respeita nem os compromissos que assumiu.

Ruas de Nazaré, 8 de outubro

O presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, anunciou na ONU que não se considerava mais "ligado aos Acordos de Oslo", acrescentando que "esses acordos não podem ser aplicados enquanto Israel apoiar as colônias de povoação na Cisjordânia e se recusar a libertar os prisioneiros palestinos". Ou seja, chama o Estado de Israel a "respeitar os Acordos de Oslo", quando a opressão sofrida pelo povo palestino resulta exatamente da aplicação desses acordos.

Resistência ou concessão

Tal situação se inscreve no quadro de desagregação de toda a região, em virtude da política das grandes potências, que esmagam, na Síria e no Iraque, os povos sob bombas. Mas, na terra palestina, um povo se levanta por seus direitos à soberania.

Salah Salah, ex-responsável pelos refugiados palestinos no Conselho Nacional Palestino, declarou, em entrevista ao jornal "Fraternidade" do PT da Argélia que "para os palestinos comprometidos com seus direitos históricos, ninguém pode pretender elaborar uma estratégia de luta sem fazer um balanço exaustivo do processo de Oslo, que conduziu o povo palestino à catástrofe atual".

Salah afirma: "Estamos em um período de decantação, no qual não há mais muitas escolhas para os atores palestinos. De um lado, há a resistência por todos os meios e o compromisso visceral com os direitos fundamentais do povo palestino, entre os quais, em primeiro lugar, o direito ao retorno dos refugiados para suas casas; de outro, há a negociação e a concessão".

O militante palestino Taher, que vive no Estado de Israel, relatou, em entrevista ao jornal "Informações Operárias", do Partido Operário Independente da França: "Eles [Israel] confiscam cada vez mais terras e controlam a água. Quem não tem trabalho está agora ainda menos esperançoso de conseguir um. Não há transportes para ir de uma vila a outra. Estou convencido de que os palestinos não odeiam os judeus. É a ocupação que torna a vida insuportável".

Em Nazaré, no dia 8 de outubro, o movimento de jovens palestinos convocou uma grande manifestação, que a polícia israelense tentou impedir a todo custo. Além de fechar vias de acesso à cidade, bloqueou 75 ônibus e usou bombas de gás lacrimogêneo. Apesar disso, três mil pessoas se manifestaram.

Repressão contra os trabalhadores de telemarketing

Sindicato denuncia demissão de funcionária por expressar dor com morte de amigo pela polícia israelense

Uma trabalhadora de 22 anos, Tamara Souety, funcionária de um centro de telemarketing da empresa de celulares Pelephone (da companhia israelense Bezek), foi demitida no dia 7 de outubro por ter postado em sua página do Facebook a foto de Fadi Alloun, um amigo executado pela polícia israelense em Jerusalém. Tamara é integrante do Sindicato dos Trabalhadores Árabes de Nazaré, que desenvolve há semanas uma mobilização em defesa dos funcionários de empresas de telemarketing (veja abaixo como apoiar a luta).

A direção da Pelephone exigiu que ela retirasse a foto e o texto postado em homenagem ao amigo morto. "Eu me recusei a fazer isso, porque é a expressão da minha dor e ninguém pode me tirar o direito de me exprimir", disse a jovem. Na carta que o diretor-adjunto da empresa dirigiu a ela, pode-se ler: "A demissão de Tamara ocorreu depois que ela publicou uma foto de Fadi Alloun nas redes sociais e apoiou a operação terrorista do jovem".

Em depoimento ao sindicato, Tamara confirmou que conhecia pessoalmente Fadi e que exprimiu desolação por sua morte. "Eles fizeram de mim uma terrorista! Não há nenhuma lei que proíba publicar fotos. É uma injustiça contra os trabalhadores de telemarketing", afirmou.

Pela reintegração

Fadi Alloun tinha 19 anos. Vídeos exibidos na internet mostram que, no momento de sua morte, ele não estava armado. O comunicado da polícia afirma que Fadi havia apunhalado um israelense, mas não forneceu nenhuma prova disso. As imagens mostram um jovem perseguido na rua por um grupo de israelenses. Assustado, ele corre até um posto de polícia para procurar ajuda. Os perseguidores gritam: "Matem-no! É um terrorista!". Os policiais então o executam com vários tiros. Quando a multidão se aproxima, um policial pergunta: "Ele apunhalou alguém?". Um homem responde: "Não".

O Sindicato dos Trabalhadores Árabes lançou um apelo urgente à população para que boicote a empresa e decidiu iniciar uma ação imediata na Justiça para obrigar a companhia a reintegrar Tamara ao seu posto de trabalho.

APOIE A LUTA DO SINDICATO

O Sindicato dos Trabalhadores Árabes de Nazaré luta pelo direito de organização de comitês de sindicalizados nas empresas de telemarketing e batalha pela reintegração dos trabalhadores demitidos. Apoie política e financeiramente essa luta!

Apoie política e financeiramente essa luta!

- Envio de moções para: arab.workers.union48@gmail.com
- Dados para a remessa de contribuição: Agência bancária: Bank Leumi Le Israel B.M.; Swift Code: LUMIILITTLV; Routing Number: IL010794; Número da conta: 15988-47; Nome do beneficiário: Arab Workers Union in Israel; Iban: IL670340020000001598847.

Assine O TRABALHO

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R$45,00 -24 edições: R$90,00 - 24 edições Solidário: R$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone/fax: (11) 2613-2232